

continuação
ção da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a adicionar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: § Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; § Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; § Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; § Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; § Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; § Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e assumimos a responsabilidade pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 17 de maio de 2018.
BDO RCS Auditores Independentes SSCR/2 SP 013844/0-1
Jaíro da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120.458/0-6

Três motivos para apostar no bom relacionamento entre compradores e fornecedores

Parcerias estratégicas são premissas para o sucesso de qualquer empresa, principalmente no que diz respeito à cadeia de suprimentos, setor que envolve diversos players do mercado

Carolina Cabral (*)

Atualmente, os principais gargalos no relacionamento entre compradores e fornecedores é a falta de planejamento e de comunicação. O comprador, quando tem um plano de negócios estruturado e alinhado às expectativas do provedor, permite que ambos atuem em busca de melhorias contínuas de desempenho, fomentando uma relação duradoura e que beneficia todos os envolvidos. Confira algumas das razões pelas quais vale a pena investir nesse tipo de relacionamento:

1. Definição de metas e objetivos mais claros - Quando o fornecedor está alinhado com a estratégia organizacional do cliente que adquire seu produto ou serviço, existe um impacto direto no cumprimento dos prazos de entrega, qualidade dos itens e no custo da operação como um todo. Para que isso aconteça, o comprador precisa ter clareza de suas metas e objetivos e compartilhá-la para

que o parceiro possa contribuir de maneira efetiva. Para chegar nesse nível de relação, entretanto, é necessário que haja um período de amadurecimento e conhecimento de ambos os lados, com conhecimento profundo da operação e particularidades de cada um;

2. Investimento em tecnologia - É difícil pensarmos em gestão de compras sem o uso de uma solução que automatize as atividades. Uma tecnologia de e-procurement, por exemplo, pode atender aos processos de homologação, cotação, pedidos, recebimento, pagamento e demais demandas operacionais, tornando a área mais estratégica. Com essas ações plugadas a uma ferramenta de BI (Business Intelligence), a avaliação e gestão dos fornecedores, produtividade da equipe, assim como visibilidade de redução de custos, gestão de acordos comerciais e controle de orçamento, entre outros, é otimizada.

3. Amadurecimento do processo de homologação - A homologação diz respeito ao momento de aprovação de quem provê mercadorias e outros matérias-primas para sua organização, o que inclui

uma série de avaliações e inspeções para garantir a credibilidade do fornecedor, qualidade de seus produtos ou serviços e o cumprimento das especificações legais. Essa etapa é crucial para estabelecer uma boa parceria, pois é nela que se definem detalhes do atendimento, prazo de entrega, qualidade dos materiais comprados e outros pontos que muitas vezes geram desgaste no relacionamento.

Sem diretrizes bem delineadas, políticas internas estruturadas e expectativas alinhadas as empresas correm riscos em todas as fases da cadeia. Para garantir que isso não ocorra, é necessário que a relação entre fornecedor e comprador siga o caminho da parceria, baseado na confiança mútua. Dessa forma, um pode dar suporte ao outro auxiliando, inclusive, no desenvolvimento de novos projetos gerando contratos com uma vida útil de médio a longo prazo.

(*) - É sócia-diretora da Nimbi, especialista em tecnologia para a cadeia de suprimentos (<http://www.nimbi.com.br/>).

Automação de serviços financeiros gera melhora na performance

Patrick Negri (*)

Automatizar processos já é uma passo considerado essencial para a escalada de uma empresa.

É possível, por exemplo, conseguir um aumento significativo da produtividade, diminuir custos e melhorar a lucratividade, além de alcançar uma redução do tempo de execução das atividades do dia a dia de forma expressiva.

Segundo um levantamento realizado pela Iteris Consultoria & Software, especialista no desenvolvimento de sistemas, automação de processos (BPM/BPA), BI, soluções para intranet e internet, entre as empresas pesquisadas, 87% dos gestores e colaboradores acreditam fortemente que essa prática pode produzir ganhos de produtividade e os funcionários teriam mais tempo para focar em atividades de maior valor agregado ao negócio.

Dentro desse universo, há a possibilidade de conseguir grandes benefícios também para os serviços financeiros. Esse departamento, que é considerado o coração da empresa, tem um desempenho vital para o negócio e depender apenas de tarefas manuais o expõe a erros que aumentam custos e limitam a produtividade e o faturamento.

O processo de automação financeira pode oferecer mais segurança, além de ganhar qualidade e rapidez. O acesso a dados considerados importantes passa a se tornar simplificado, sem que seja preciso ficar solicitando às outras áreas as informações necessárias. Outra vantagem é a otimização do tempo e dinheiro, com menos erros em transições, cálculos e digitações, contribuindo para uma maior agilidade nos processos e mais transparência e velocidade na troca de informações com clientes.

Hoje, o mercado já possui empresas especializadas em soluções e tecnologias para a gestão e acompanhamento financeiro. A tecnologia vem avançando de forma positiva proporcionando expertise para solucionar grandes problemas por meio de uma inteligência financeira robusta e com informações que podem ser integradas via API aos mais diversos sistemas, possibilitando que as empresas possam observar métricas de crescimento do negócio, como índices de retenção, cancelamento (churn), movimento da receita recorrente (MRR), tempo médio de vida do cliente (LTV) e outras vinte métricas específicas para serviços de assinatura e mensalidades.

Para as empresas é uma forma segura de inovar na área financeira, agregando muitos pontos positivos que no final do dia trarão uma simplificação de processos financeiros que até então são considerados burocráticos e exaustivos, melhorando em até 30% a performance.

Destaco, por fim, que o mercado não precisa apenas de uma forma inteligente de cobrança, mas de maior previsibilidade para pagamentos recorrentes e business intelligence para o negócio.

(*) - É CEO e cofundador da Iugu, startup de automação financeira que oferece serviços completos para pagamentos e recebimentos.

RIO JORDÃO PAPÉIS S/A (E CONTROLADA)

CNPJ/MF nº 77.961.431/0001-49
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V. Sas. o relatório das atividades e as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2017.

Balanco Patrimonial Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.877	2.017	1.944	2.075
Contas a receber de clientes	10.840	8.019	10.840	8.019
Estoques	11.593	11.223	11.593	11.223
Impostos e encargos sociais a recuperar	3	12	517	478
Outros Creditos	244	485	301	880
Total do ativo circulante	24.557	21.756	25.195	22.675
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Impostos e encargos sociais a recuperar	446	652	446	652
Empresas ligadas	116.049	114.512	116.049	114.512
Créditos tributários a compensar	6.096	-	6.096	-
Precatórios adquiridos	-	-	5.667	-
Depósitos Judiciais	1.592	1.592	1.592	1.592
Outros	72	4.029	72	4.029
Total do realizável a longo prazo	124.255	120.785	129.922	120.785
Investimentos				
Controlada	132.676	146.108	-	-
Outros investimentos	-	-	58.500	58.500
Imobilizado	11.725	12.060	11.725	12.060
Intangível	1.345	1.679	1.345	1.679
Total do não circulante	270.001	280.632	201.492	193.024
Total do Ativo	294.558	302.388	226.687	215.699

Demonstração de Resultados Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta de Vendas	126.745	96.998	126.745	96.998
Impostos incidentes sobre vendas	(31.925)	(24.700)	(31.925)	(24.700)
Descontos e abatimentos	(78)	(26)	(78)	(26)
Receita Operacional Líquida	94.742	72.272	94.742	72.272
Custo dos Produtos Vendidos	(73.151)	(62.693)	(73.151)	(62.693)
Lucro Bruto	21.591	9.579	21.591	9.579
Recargas (Despesas) Operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(8.514)	(4.881)	(8.918)	(5.214)
Ação judicial recebida Eletrobrás	12.491	-	12.491	-
Tributos autuados	-	-	(12.283)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	123	10.114	1.706	10.787
	4.100	5.233	(7.004)	5.573
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	25.691	14.812	14.587	15.152
Resultado Financeiro, Líquido				
Receitas financeiras	3.583	3.608	3.583	3.608
Despesas financeiras	(30.455)	(44.860)	(32.780)	(51.129)
Recalculo parcelamento reabertura Lei 11.941	34.305	-	34.305	-
Redução parcelamento Lei 12.996	7.433	(41.252)	5.108	(47.521)
Lucro (Prejuízo) Operacional Resultado de	33.124	(26.440)	19.695	(32.369)
Equivalência Patrimonial	(13.431)	(5.928)	-	-
Lucro (Prejuízo) Operacional Resultado não operacional	19.693	(32.368)	19.695	(32.369)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes dos Impostos Minoritários	19.737	(32.322)	19.739	(32.323)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	19.737	(32.322)	19.738	(32.322)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações - R\$	0,29	(0,31)	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais				
	Capital Social		Reserva Legal	
	2017	2016	2017	2016
Saldos em 31/12/2015	24.692	3.574	(401.574)	(373.308)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(32.321)	(32.321)
Saldos em 31/12/2016	24.692	3.574	(433.895)	(405.629)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	19.737	19.737
Saldos em 31/12/2017	24.692	3.574	(414.158)	(385.892)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - (Expressas em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: Rio Jordão Papéis S.A. tem como objeto social a industrialização, confecção e comércio de celulose, papel, papelão e seus derivados, operando uma planta industrial em Canela - RS e a produção e comercialização de energia elétrica, operando uma usina hidrelétrica em Foz do Jordão - PR. Sua controlada Jaar Embalagens S.A. tem como objeto social a produção e comercialização de embalagens de papel e papelão ondulado, celulose e aparas de papel e papel reciclado e virgem, estando com suas atividades paralisadas. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Conselho Federal de Contabilidade. As seguintes principais práticas contábeis foram observadas na preparação das demonstrações financeiras: **a) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), que é a moeda funcional e de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - representado por numerários em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata sem perda de valor, sendo demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos. **c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - as contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos, ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **d) Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **e) Imobilizado** - está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. A sociedade optou por não efetuar ajustes correspondentes ao valor justo dos bens no exercício de 2016 por entender irrelevantes os efeitos dos possíveis ajustes advindos, haja vista o valor inexpressivo dos imobilizados. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas consideradas razoáveis para refletir o desgaste dos bens em operação. **f) Intangível** - está demonstrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização. As amortizações são calculadas pelo método linear com base no prazo em que os respectivos benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Sociedade. **g) Investimentos** - o investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados a valor de mercado, quando necessário. **h) Ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira ou sujeitos a atualização monetária** - são convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e em índices oficiais de atualização monetária. **i) Passivo circulante e não circulante** - demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data dos balanços. **j) Contingências** - os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem passíveis de mensuração. **k) Imposto de renda e contribuição social** - São apurados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. Embasado em análises sobre as incertezas dos resultados futuros, bem como em função da utilização dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social para redução de encargos de parcelamentos da Lei 11.941/2009 e sua reabertura em 2013, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos. **l) Uso de estimativas** - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **m) Ajustes a valor presente de direitos e obrigações** - os direitos e obrigações de curto prazo, exceto empréstimos mantidos com instituições financeiras, são efetuados a prazo médio inferior a 90 dias, sendo irrelevante o efeito de eventual ajuste a valor presente em tais valores, que, portanto, não foi efetuado. **3. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Sociedade e da empresa controlada Jaar Embalagens S.A., conforme demonstrado abaixo e, foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, os saldos ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de transações entre elas.

	Sociedade		Consolidado			
	2017	2016	2017	2016		
6. Impostos e Encargos Sociais a Recupera r: Em 31 de dezembro, o saldo de impostos a recuperar era como segue:						
	Sociedade	2017	2016	2017	2016	
ICMS	163	264	269	321		
Pis/Cofins	283	397	283	397		
Imposto de renda e contribuição social	-	-	408	409		
Outros	4	3	3	3		
	449	664	963	1.130		
Ativo circulante	3	12	517	478		
Ativo não circulante	446	652	446	652		
7. Investimentos: Os investimentos são representados como segue:						
	Participação no patrimônio	2017	2016	Participação no resultado	2017	2016
Investimentos em controlada	132.677	146.108	(13.431)	(9.928)	-	-
Jaar Embalagens S.A.						
8. Imobilizado: O imobilizado é composto de:						
	Sociedade	2017	2016	Sociedade	2017	2016
Custo	2.887	2.887	2.887	2.887	-	-
Terenos	11.540	11.540	11.540	11.540	-	-
Edificações	7.800	7.727	7.800	7.727	-	-
Máquinas e equipamentos	1.813	1.533	1.813	1.533	-	-
Outros	1.530	1.250	1.530	1.250	-	-
Imobilizado em andamento	(13.845)	(12.877)	(13.845)	(12.877)	-	-
Depreciações acumuladas	11.725	12.060	11.725	12.060	-	-
Imobilizado líquido	11.725	12.060	11.725	12.060	-	-
9. Intangível: O intangível é composto de fundo de comércio adquirido R\$ 3.196 mil, dos quais já foi amortizado R\$ 1.865 mil (R\$ 1.545 mil em 2016) e direito de uso de software R\$ 13 mil (28 mil em 2016). 10. Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais: O saldo de financiamentos de impostos e encargos sociais está demonstrado como segue:						
	Sociedade	2017	2016	Sociedade	2017	2016
Natureza	268	441	4.048	6.072	268	441
ICMS	268	441	4.048	6.072	-	-
Passivo circulante	182	197	885	1.656	-	-
Passivo não circulante	86	244	3.963	4.416	-	-
Impostos a Recolher: O saldo de impostos a recolher está demonstrado como segue:						
	Sociedade	2017	2016	Sociedade	2017	2016
Natureza	223	161	223	161	-	-
Pis e Cofins	247	202	247	202	-	-
IPI	487	457	5.112	4.946	-	-
ICMS	90	78	91	79	-	-
Outros	1.047	899	5.673	5.388	-	-
Total	1.047	899	5.673	5.388	-	-
11. Parcelamento Lei 11.941/09: A composição dos débitos referentes ao parcelamento previsto na Lei 11.941/2009 e reabertura é a seguinte:						
	Sociedade	2017	2016	Sociedade	2017	2016
Natureza	174.196	209.754	194.655	230.564	-	-
Saldo parcelamento junto à RFB	114.762	118.189	118.698	122.193	-	-
Saldo parcelamento junto à PGNF	62.115	63.117	62.115	63.117	-	-
Saldo parcelamento junto ao INSS	351.073	391.060	375.468	415.874	-	-
Total parcelamento Lei 11.941/2009	33.608	32.232	35.859	37.615	-	-
Total dívida no passivo circulante	317.465	354.360	339.609	378.259	-	-
Total dívida no passivo não circulante	-	-	-	-	-	-